



## **Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira**

### **Parecer ao Projeto de Lei Nº 139/2.025**

#### **Relatório**

O Projeto de Lei Nº 139/2.025 que “**Promove desafetação de área pública, compensada por subsequente afetação de outra área, na forma que especifica**”, de autoria do Prefeito Municipal, foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e vem agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito nos termos do art. 27, do Regimento Interno desta Casa.

#### **Fundamentação**

Digna Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira, o presente Projeto de Lei propõe a desafetação do imóvel atualmente classificado como “Área Verde” no Loteamento Vila de Santo Antônio do Rio Verde, passando-o à categoria de “Área de Interesse Social”, em razão da existência de ocupação consolidada sujeita a regularização fundiária.

Como compensação, o Projeto destina outro terreno de propriedade do Município como “Área Verde”, garantindo a manutenção do padrão ambiental e urbanístico do loteamento.

O Art. 3º do Projeto estabelece que as custas e emolumentos cartorários decorrentes da execução da lei serão de responsabilidade do Município, podendo ser utilizados recursos do orçamento vigente e suplementados se necessário.

#### **ANÁLISE FINANCEIRA**

##### **Impacto orçamentário e financeiro**

A execução da medida acarretará despesas referentes ao registro e averbação imobiliária, conforme previsão do Art. 3º. Tais custos, embora não detalhados no Projeto,



normalmente incluem emolumentos cartorários, despesas administrativas e eventuais taxas de serviços de regularização fundiária.

Estima-se que o impacto financeiro seja modesto, compatível com a rotina administrativa do Município, podendo ser absorvido pelo orçamento vigente. O Projeto prevê a possibilidade de suplementação, garantindo cobertura das despesas sem comprometer programas prioritários.

O Projeto é compatível com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, uma vez que não cria despesas correntes contínuas nem obrigações financeiras permanentes, limitando-se a custos administrativos pontuais relacionados a registros e averbações. Não há previsão de aumento de gastos com manutenção, obras ou pessoal.

### **Racionalidade financeira e transparência**

A troca de afetações entre áreas verdes e áreas de interesse social promove eficiência no uso do patrimônio público, adequando a gestão municipal às necessidades sociais e urbanísticas sem gerar ônus significativo. A compensação ambiental assegura equilíbrio urbanístico, atendendo também à preservação da função pública dos bens municipais.

### **Conclusão**

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino APROVAÇÃO do Projeto de Lei Nº 139/2.025.

Catalão (GO), 14 de novembro 2.025.

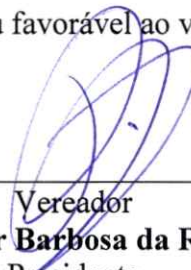
Vereador

**Gilberto Barbosa de Andrade**  
Relator




### VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

  
\_\_\_\_\_  
Vereador  
**Deusmar Barbosa da Rocha**  
Presidente

### VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

  
\_\_\_\_\_  
Vereador  
**Rodrigo Alves Carvelo**  
Vogal